

NÃO BASTA TOLERAR! A URGÊNCIA DA INSERÇÃO DO GÊNERO, DA SEXUALIDADES E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7: Gênero, sexualidade e relações étnico-raciais

Renata da Silva Barbosa ¹

Universidade Regional do Cariri – URCA

renata.geo.barbosa@gmail.com

Cícero Joaquim dos Santos²

Universidade Regional do Cariri – URCA

joaquim.santos@gmail.com

Resumo

A sociedade é constituída de normas e regras que foram sendo impostas dentro de uma ideia política e econômica que se estrutura a partir do patriarcado, do sexismo, do racismo, do eurocentrismo. Esses marcadores socioespaciais (re)produzem espacialidades oprimidas, que muitas das vezes não consegue se emancipar aos mecanismos de violação dos direitos sociais. Desse modo, e buscando trabalhar com uma educação propositiva, almeja-se analisar como as categorias de gênero, de sexualidade e das relações étnico-raciais vem sendo inseridas no currículo de formação dos docentes da área de Geografia e da Pedagogia, da Universidade Regional do Cariri – URCA, em prol de uma educação que não apenas tolere a diversidade do outro, mas a compreenda na sua estranheza e singularidade. Logo, para desenvolvimento da presente pesquisa, será utilizado como ferramenta metodológica a pesquisa bibliográfica, utilizando de autores referências no debate de gênero e das questões étnico-raciais, e a pesquisa documental, o qual será analisado o Projeto Político Pedagógico dos respectivos cursos, instigando a pensar quais as reflexões realizadas nas disciplinas para formação docente, que tenha destaque para a questão de gênero, de sexualidade e das relações étnico-racial. Assim, pode-se concluir que mesmo diante discussões cada vez mais presentes na ciência brasileira, a formação docente nos respectivos cursos, ainda ocorre de forma a desconsiderar esses marcadores socioespaciais como questões urgentes a serem trabalhadas nas escolas.

Palavras Chave: Gênero; étnico-raciais, formação docente.

INTRODUÇÃO

A escola se constitui como o segundo núcleo de formação, ao qual o sujeito tem acesso nos seus primeiros anos de vida, logo é um espaço importante de construção intelectual, social, no qual, além de aprender um conhecimento sistematizado, têm-se a oportunidade de conviver com pessoas de diferentes culturas, crenças, valores. Contudo, fica evidente que o formato de educação que se propõe, com base no neoliberalismo, vem reforçar essa estrutura de sociedade que a classe social hegemônica deseja dar continuidade, ou seja, reforça o patriarcado, o machismo, o sexismo, a heteronormatividade, reduzindo o espaço escolar a mera reprodução conteudista.

¹ Bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, em estágio Pós-Doutoral vinculado ao Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA.

² Professor Adjunto do curso de História da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Desse modo, têm-se uma estrutura escolar que dificulta o acesso de novas discussões em sala de aula, fazendo com que os sujeitos sejam “minados” nas suas singularidades, haja vista que se exigem um comportamento padronizado dos alunos. A escola que deveria ser o lugar do encontro com o diferente, passa a ser o espaço que reprime as diversas formas de ser e existir no mundo.

E isso é reforçado a partir de um currículo de formação dos professores, que não implementa reflexões, discussões, sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Desse modo, criam-se barreiras, dificuldades, para buscar entender essas categorias como possibilidades de compreensão das espacialidades do corpo, do diverso. Por outro lado, reforça-se preconceitos, racismos, homofobias, logo, fornece ferramentas para construção de uma sociedade intolerante, violenta, ignorante.

Desse modo, acredita-se que um dos caminhos seja implementar as categorias de gênero, de sexualidade e das relações étnico-raciais desde o processo de formação dos novos professores e investir em formações continuadas que destaquem a importância desses debates para uma sociedade com justiça social.

Assim, diante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar como as categorias de gênero, de sexualidade e das relações étnico-raciais vem sendo inseridas no currículo de formação dos docentes da área de Geografia e da Pedagogia, da Universidade Regional do Cariri – URCA, em prol de uma educação que não apenas tolere a diversidade do outro, mas a compreenda na sua estranheza e singularidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa se faz necessário a construção de um arcabouço teórico, tendo como base estudiosos do campo da Geografia e da educação, bem como o documental, que irá utilizar do Projeto Pedagógico do Curso de Geografia (2018) e do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (2017), ambos ainda vigentes. Destarte, parte-se do pressuposto que o currículo de formação seja fundamental para analisar quais as preocupações e qual a ideia de educação se pretende construir para que estes docentes, em suas atuações profissionais, desenvolvam uma prática docente propositiva.

GÊNERO, SEXUALIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: COMO ESSAS CATEGORIAS VEM SENDO TRABALHADAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA E DA PEDAGOGIA, URCA

A educação é permeada por normas e regras que tendem a atender o que socialmente já está imposto, ou seja, existe um discurso socialmente estabelecido o qual a escola o reproduz. Nesse movimento, entende-se que o espaço escolar seja utilizado como uma ferramenta de manutenção da ordem e das normas que foram sendo construídas por uma classe social hegemônica, que compreende a multiplicidade escolar, contudo, trabalham para reprimi-las.

Indo de encontro a esse modelo e pensando em outra possibilidade de vivência escolar, Santos e Ornat (2017, p.21) irão destacar a importância dessa espacialidade na construção de uma sociedade que compreenda o outro na sua singularidade.

Pensar o espaço escolar como produto de inter-relações, espera da multiplicidade e sempre em construção (Massey, 2008) é imaginá-lo como uma vivência possível de múltiplas-relações – mesmo que algumas delas não se estabeleçam – mas onde as pessoas possam viver em termos de respeito, livre de discriminações e preconceitos através desta espacialidade.

Para além de possibilitar um espaço físico de compreensão da diversidade, a escola pode e deve contribuir para a formação dos sujeitos na perspectiva da diferença, da

compreensão das singularidades, para que socialmente as pessoas possam existir e ser como desejam em qualquer espaço, sem medo de sofrer qualquer tipo de violência. Nesse sentido, não basta tolerar e respeitar o outro, tem que aprender a compreendê-lo.

Assim, o pesquisador José Valdinei A. Miranda (2005) tece considerações importantíssimas ao processo de colonização e tolerância cultural na construção da perspectiva do “Eu-Outro”. Para o respectivo autor, nessa construção do pensamento ocidental, foram construídas três formas de conceber o “Eu-Outro”: o primeiro foi a “colonização do outro e o império da mesmidade”, é focado no eu-referência, o reconhecimento do outro se dar pelo “diferente”, ou seja, o outro é conhecido na sua natureza humana, mas diferente em seu estado de desenvolvimento cognitivo e cultural. A segunda forma ocorre pela “tolerância multicultural e a fratura da mesmidade”, o eu-referência permanece, em uma visão fixa e etnocêntrica do outro, só que agora reconhece essa diferença como legítima, ou seja, o sujeito que tolera é o mesmo que coloniza, pois “o outro deve ser tolerado desde que não ameace nem coloque em questão a identidade do sujeito que o tolera” (p.64). Por último, a forma “hermenêutica, alteridade e compreensão do outro”, rompe-se com o eu-referência, “o encontro com o outro é um convite insistente para que o intérprete cultural se deixe envolver num espaço de um mundo novo, diferente, alheio o seu” (p.66), ou seja, significa compreendê-lo na sua estranheza e no que faz sentido.

Isto posto, compreende-se que na escola o discurso da “tolerância”, do “respeito”, não está desarticulado do “eu-referência”, ou seja, da projeção que eu faço do outro, esperando que este corresponda ao meu modo de ser e pensar. Assim, acredita-se que isso ocorra pelo fato de não haver na construção da formação inicial e continuada dos docentes discussões sobre categorias essenciais de entendimento dos sujeitos no mundo, como o gênero, a sexualidade e as relações étnico-raciais.

É sabido, que esses são marcadores socioespaciais que revelam muito da estrutura patriarcal, sexista, misógina, racista, homofóbica, que se tem, porém uma das ferramentas de mudança, ao menos no que se deseja, é a desconstrução dessa estrutura a partir de uma educação que compreenda a diversidade dos corpos e dos modos de existir, e isso só deverá ocorrer a partir da inserção dessas categorias nos currículos de formação dos professores.

Dito isto, e a partir do desenvolvimento da pesquisa, que tem como recorte espacial os cursos de Geografia e de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri – URCA, podemos observar algumas lacunas nesse campo de discussão teórico-metodológico, não possibilitando aos discentes em formação uma base para reflexões, que possam chegar até a escola.

Após analisar os Projetos Pedagógicos dos cursos de Geografia e da Pedagogia (2017, 2018), chega-se à conclusão de que estes se encontram em níveis diferentes de discussão. O curso de Pedagogia apresenta, a partir das ementas das disciplinas, tanto das obrigatórias, como das optativas, uma inserção muito maior de discussões sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, enquanto no curso de Geografia essas discussões são quase inexistentes.

Desse modo, no Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia (2017) vigente, a formação é constituída em 48 disciplinas, no período de 10 semestres letivos, sendo 46 obrigatórias e 2 optativas. O que podemos observar é que das disciplinas ofertadas como obrigatórias 10 possuem na ementa alguma discussão sobre diversidade, gênero, sexualidade, raça. Já nas disciplinas optativas, das 31 apresentadas no PPC do curso, só 4 possuem tais discussões.

E isso talvez resulte em uma formação que não prepara para o trabalho com a diversidade, o qual não entende esses corpos em suas singularidades, negando os modos de existência de cada um. Até porque pensar nos corpos e em suas singularidades, implica pensar em uma formação decolonial, em um ensino que não se baseia em uma estrutura patriarcal,

eurocêntrica, racista, e sim, em um sistema que busca a justiça social.

Como aponta Rocha (2022, p.05), a formação territorial do Brasil, que foi realizada a partir do genocídio dos povos tradicionais a princípio e depois do povo negro, formou-se a partir do autoritarismo, das desigualdades, do machismo, do patriarcalismo, que passa a ter esses elementos como base e por isso tem resistido muito a ideia de que todos os cidadãos devem ter direitos iguais. “Não é por acaso que no Brasil as crianças, as mulheres, os homossexuais masculinos, os transexuais e os travestis não gozam de direitos identitários, sociais e políticos. Em virtude dessa não cidadania, as violências perpetradas contra esses grupos não são levadas em conta”.

Destarte, o que se percebe é que a educação institucionalizada irá servir de ferramenta para manutenção dessa estrutura, e isso explica o porquê de tamanha resistência na inserção dos debates sobre raça, gênero e sexualidade nas escolas e nos cursos de formação dos professores. Essas pautas não entram nesses espaços de ensino e quando se tem é de forma muito superficial, na maioria dos casos, e isso não ocorre por acaso.

Como é sabido, nos cursos de Pedagogia se tem uma disciplina de Geografia e analisando especificamente a do curso da URCA, a partir da ementa que a estrutura, pode-se perceber que a única categoria analítica espacial é a classe social. Como se gênero, raça e sexualidade não fossem categorias fundamentais para pensar a formação espacial, as espacialidades dos corpos e a construção das identidades.

E, infelizmente, isso não é uma carência apenas da disciplina dos fundamentos geográficos nos cursos da Pedagogia – URCA, no próprio curso de Geografia – URCA, têm-se algumas lacunas a respeito da falta dessas categorias analíticas (raça, gênero, sexualidade). Como aponta Souza et. al. (2020, p.45) a Geografia Tradicional com uma “leitura do espaço centrada em um sujeito (homem, branco e heterossexual), reforça narrativas geográficas hegemônicas e escamoteia outras visões e experiências do espaço”.

Isso desconsidera o espaço como elemento importante de construção de identidades, no qual acaba trabalhando apenas com a sua base material. Nesse sentido, incorporar raça, gênero e sexualidade para estudo das espacialidades seria fundamental para compreensão dos processos que produzem de forma desigual oportunidades.

Assim, reforça-se a urgência e necessidade de inserção dessas categorias na formação dos professores de Geografia, para que estes possam atuar pedagogicamente, nas relações de conflito entre os sujeitos escolares, mas principalmente, que possam utilizar essas categorias para compreensão da (re)produção espacial, que revela os processos e estruturas sociais desiguais.

Porém, o currículo de formação no curso de Licenciatura em Geografia – URCA, não tem possibilitado tais debates de forma incisiva. Analisando o Projeto Pedagógico do Curso (2018), o qual é composto de 8 semestres, pode-se encontrar nas ementas obrigatórias apenas uma disciplina que trabalha com a questão de raça que é Geografia Sociodemográfica. Outra disciplina obrigatória, Geografia Agrária, traz a diversidade na ementa, contudo, não sabemos qual a perspectiva que é trabalhada em sala de aula. Já entre a disciplinas optativa só encontramos uma que trabalha com a questão da raça, que é a Geografia Africana e Afrobrasileira.

Em síntese, pensa-se na fragilidade de um PPC que não prioriza elementos que são fundamentais, assim como a classe social, para entender a organização espacial e as relações de poder que são espacializadas. Desse modo, contribui-se para um modelo de ensino conteudista, que não contribui para formação da consciência crítica dos alunos, fazendo com estes não percebam o sistema de exploração o qual vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais são fundamentais para o bom desenvolvimento do ensino, nesse sentido, destaca-se entre estas a política curricular como elemento crucial para um ensino que se busca crítico, reflexivo, das causas sociais. Logo, não tem como pensar em uma educação propositiva sem refletir sobre o currículo do ensino básico e o de formação, e como esses documentos oficiais podem subverter a ordem imposta.

Desse modo, e diante do que foi analisado a partir dos PPC dos cursos de Licenciatura em Geografia e da Pedagogia, nota-se que se desconsidera essas categorias de raça, de gênero e de sexualidade, na formação dos professores e isso vai impactar obviamente no fazer docente desses profissionais. Assim, presenciamos ainda muitos casos de violência verbal, física, que ocorrem no espaço escolar, seja em ações de ódio de raça, seja em ações de violência de gênero e de orientação sexual.

Em suma, entende-se que a mudança para o fim de uma sociedade machista, racista, homofóbica, é a compreensão da diversidade dos corpos, no seu modo de ser e existir, na sua estranheza e singularidade, que pode e deve ser trabalhados em sala de aula nas escolas. Logo, há necessidade de mudanças urgentes nos currículos de formação dos professores, para que esses possam contribuir para formação intelectual, social dos alunos, no qual a base seja a compreensão das diversidades.

REFERÊNCIAS

MIRANDA, José Valdinei Albuquerque. **Tolerar ou compreender o outro? Uma leitura hermenêutica da alteridade.** Revista Espaço Pedagógico, v.12, n.2, Passo Fundo, p.59-70. 2005.

ROCHA, Giovana Silva. **O ensino de Geografia e o conceito de identidade de gênero: possibilidade de abordagem da temática em sala de aula.** Revista Brasileira de Educação em Geografia. Campinas, v.12, n.22, p.05-25, 2022.

SANTOS, Adelaine E. C.; ORNAT, Marcio J. **Pelo Espelho de Alice:** homofobia, espaço escolar e prática discursiva docente. Curitiba – PR: Appris, 2017.

SOUZA, Lorena F.; CIRQUEIRA, Diogo M.; SOUSA, Patrício P. A.; RATTTS, Alex. Uma Geografia das corporeidades e das diferenças. In: MATOS, Patrícia F.; COSTA, Carmem L. (orgs) **Uma Geografia do Século XXI: temas e tensões.** São Paulo: Editora CRV, 2020.